



Boletim de Serviço Eletrônico em 21/12/2018  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

### RESOLUÇÃO Nº 36/REIT - CEPEX/IFRO, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu Master Business Administration* em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte.

**O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.018984/2018-65, considerando a Resolução nº 86/CONSUP/IFRO/2018, considerando ainda a aprovação unânime do Cepex, durante a 14ª Reunião Ordinária, em 11/12/2018;

#### RESOLVE:

**Art. 1º APROVAR** o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu Master Business Administration* em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, anexo a esta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

**CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS**  
 Presidente Substituto do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique dos Santos, Vice-Presidente do Conselho**, em 21/12/2018, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0434572** e o código CRC **B88B461B**.

### ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 29, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2018

#### PPC PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* MBA EM GESTÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO SETOR PÚBLICO, *CAMPUS* PORTO VELHO ZONA NORTE

**Modalidade:** Educação a Distância

Porto Velho - RO  
 2018

#### SUMÁRIO

#### IDENTIFICAÇÃO

#### DADOS DA INSTITUIÇÃO

<b>Nome:</b>	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA		
<b>End.:</b>	Av. Tiradentes, 3009, Industrial		
<b>CNPJ</b>	10.817.343-0001-05		
<b>Cidade:</b>	Porto Velho	<b>UF:</b> RO	<b>CEP:</b> 76821-001

<b>Fone:</b>	69-2182-9601	<b>Fax:</b>	69-2182-9601
<b>E-mail:</b>	reitoria@ifro.edu.br		

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite.

Pró-Reitora de Ensino: Moisés José Rosa Souza.

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação: Gilmar Alves Lima Júnior.

Pró-Reitor de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis.

Pró-Reitor de Administração e Planejamento: Jessica Cristina Pereira Santos.

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Maria Fabíola Moraes de Assumpção Santos.

Coordenadora de Pós-Graduação IFRO-Reitoria: Michele Noé.

#### DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

<b>Nome:</b>	CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE		
<b>CNPJ:</b>	10.817.343/0007-92		
<b>End.:</b>	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
<b>Cidade:</b>	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
<b>Fone:</b>	069-2182-8924		
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br">campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br</a>		

#### CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO

Dirigente principal da instituição de ensino			
<b>Cargo:</b>	Diretor-Geral do <i>Campus</i>		
<b>Nome:</b>	Miguel Fabrício Zamberlan		
<b>End.:</b>	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
<b>Cidade:</b>	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
<b>Fone:</b>	(69) 2182-3800		
<b>E-mail:</b>	miguel.zamberlan@ifro.edu.br		

Diretor de Ensino			
<b>Cargo:</b>	Diretor de Ensino		
<b>Nome:</b>	Samuel dos Santos Junio		
<b>End.:</b>	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
<b>Cidade:</b>	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
<b>Fone:</b>	(69) 2182-3800		
<b>E-mail:</b>	samuel.santos@ifro.edu.br		

## HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO faz parte de uma rede centenária e surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia – à época, com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena – e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisas e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo de mecanismos para a educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. No entanto, apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;
- 2007: conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007;
- 2008: criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII, da Lei 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- 2009: início das aulas e dos processos de expansão da rede do IFRO;
- 2010: implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades; em 2011, passou a denominar-se *Campus* Porto Velho Calama;
- 2011: implantação de polos de educação a distância (EaD) e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático, para gestão da EaD;
- 2013: início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois *campi* avançados;
- 2013: instalação de 12 polos EaD;
- 2014: expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades;
- 2015: convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia para criação de 176 polos de EaD em escolas estaduais, para oferta de cursos de nível técnico concomitantes;
- 2016: reconhecimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia com nota 4;
- 2017: implantação do *Campus* de Jaru.

O Instituto Federal de Rondônia está investindo substancialmente na ampliação dos *campi* e de sua rede. Atualmente, a configuração é esta: uma reitoria, nove *campi* implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim) e 24 polos de educação a distância. Já tendo formalizado termo de cooperação com o Governo do Estado para o atendimento de mais 176 polos de EaD.

## HISTÓRICO DO CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *Campus* Avançado pela Portaria nº 1.366, de 06 de dezembro de 2010.

Em 2011, a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento iniciou, oficialmente, as atividades de planejamento e implantação do *Campus*, por meio da aplicação de questionários para identificar as demandas a serem atendidas.

Estruturado para oferecer educação a distância, o *Campus* Avançado Porto Velho Zona Norte converteu-se em *Campus* Regular e assumiu, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD nos *campi* e polos regionais do IFRO – e passou a oferecer, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), cursos técnicos em Administração, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Reabilitação de Dependentes Químicos, Eventos, Logística, Segurança do Trabalho e Agente Comunitário de Saúde, além dos cursos do Programa Profucionário (Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar).

O *Campus* Porto Velho Zona Norte já alcançava mais de 4.000 alunos. Em 2013, iniciou suas atividades próprias, quando passou a ofertar os cursos técnicos em Informática para Internet e em Finanças, além do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, após a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, ofertou os primeiros cursos nesta modalidade: os cursos técnicos em Informática para Internet e em Finanças, ainda em 2013.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias que auxiliam os estudos no ensino profissional, o *Campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla – com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação, gravação e transmissão de aulas por meio do estúdio de produção audiovisual –, a fim de atender às mais diversas regiões do estado, criando condições de inserção, permanência e ascensão das comunidades no mercado de trabalho.

## HISTÓRICO DA EAD NO IFRO

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD), diretoria sistêmica vinculada diretamente ao Gabinete do Reitor, tem sido responsável pela gestão e execução de planos e projetos em EaD no IFRO, firmados com parceiros como o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e prefeituras de Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé, Jaru e Buriitis.

A proposta para o desenvolvimento das ações de educação a distância do IFRO está estruturada em cinco eixos: investimentos em alta tecnologia; desenvolvimento de recursos pedagógicos; treinamento de pessoal técnico e docente; realização de convênios com instituições e organismos de fomento e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC); e, como meta principal, a institucionalização da EaD e o desenvolvimento de projetos próprios, com uso de tecnologias de ponta como transmissão via satélite e desenho educacional de cursos e projetos.

A educação a distância em desenvolvimento no IFRO ocorre em consonância com as políticas de democratização da educação profissional e tecnológica, voltadas ao acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas. Para isso, passou-se a organizar a infraestrutura, com a implantação de programas como o e-Tec Brasil e, a partir dele, o Profucionário e Mediotec.

Pela Rede e-Tec Brasil, o projeto de EaD do IFRO, em parceria com o IFPR, iniciou-se no segundo semestre de 2011, com a oferta de cursos a distância pelo sistema presencial-virtual via satélite. Inicialmente, foi prevista a transmissão de cinco cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, a saber: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis cursos técnicos – Administração e Serviços Públicos, além dos quatro do Profucionário: Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar.

Ao longo do período de implantação da EaD no IFRO, foram desenvolvidas ações de planejamento e aquisição de equipamentos para instalação de um estúdio de produção de áudio, vídeo e outras mídias, bem como para instalação de uma antena com sinal de satélite próprio. Os estúdios estão praticamente finalizados e o satélite ativado para transmissão com capacidade para atingir, inclusive, outros países.

Em 2013, o *Campus* Porto Velho Zona Norte passou a ofertar outros dois cursos técnicos na modalidade a distância: Informática para a Internet e Finanças, produzidos em seus estúdios, com equipe própria de professores e técnicos e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) construído para esta

finalidade, atingindo, de imediato 1.200 alunos em 12 polos. Desta forma, o *Campus* ampliou o alcance de demandas com seus próprios cursos, além de também ofertar o curso técnico em Agente Comunitário de Saúde, por meio da parceria com o IFPR. Estes cursos atenderam a 12 municípios, em seis campi do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena) e seis polos EaD (Buritit, Jaru, Cerejeiras, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé).

Em 2014, o *Campus* ampliou sua oferta, com a abertura de 12 novos polos EaD – nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste, Presidente Médici e no distrito de Extrema (Porto Velho).

Assim, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos na modalidade a distância, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hiper mídias e metodologias de atendimento em EaD.

#### APRESENTAÇÃO DO CURSO

##### DADOS GERAIS DO CURSO

**Nome do Curso:** Master Business Administration em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público.

**Modalidade:** a distância.

**Área de Concentração:** Ciências Sociais Aplicadas.

**Área de Avaliação/subárea:** Administração.

**Habilitação:** Especialista em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público.

**Carga Horária:** 420h.

**Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso:** portadores de diplomas de graduação em cursos reconhecidos pelo MEC.

**Vagas:** 100.

**Campus de funcionamento:** Porto Velho Zona Norte.

**Prazo para integralização do Curso:** de 6 a 12 meses.

##### DADOS DO COORDENADOR DO CURSO

<b>Nome:</b>	Patrícia Feitosa Basso Miranda		
<b>End.:</b>	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
<b>Cidade:</b>	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
<b>Fone:</b>	(69) 2182-3800		
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:cposg.pvhzonanorte@ifro.edu.br">cposg.pvhzonanorte@ifro.edu.br</a>		

##### EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

O projeto foi elaborado por uma equipe designada pelo Diretor-Geral do *Campus* Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 162, de 04 de abril de 2018, cujos membros constam no quadro abaixo:

N.º	Nome	Titulação
1	Aloir Pedruzzi Junior	Mestre
2	Jonimar da Silva Souza	Mestre
3	João Batista Teixeira de Aguiar	Mestre
4	Lady Day Pereira de Souza	Mestre
5	Patrícia Feitosa Basso Miranda	Mestre
6	Jéssica Holanda Renda	Graduada

##### DADOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CURSO

<b>Nome:</b>	Aloir Pedruzzi Junior		
<b>End.:</b>	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		

<b>Cidade:</b>	Porto Velho	<b>UF:</b> RO	<b>CEP:</b> 76.821-002
<b>Fone:</b>	(69) 2182-3818		
<b>E-mail:</b>	aloir.pedruzzi@ifro.edu.br		

<b>Nome:</b>	Jonimar da Silva Souza		
<b>End.:</b>	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
<b>Cidade:</b>	Porto Velho	<b>UF:</b> RO	<b>CEP:</b> 76.821-002
<b>Fone:</b>	(69) 2182-3800		
<b>E-mail:</b>	jonimar.souza@ifro.edu.br		

<b>Nome:</b>	Patrícia Feitosa Basso Miranda		
<b>End.:</b>	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
<b>Cidade:</b>	Porto Velho	<b>UF:</b> RO	<b>CEP:</b> 76.821-002
<b>Fone:</b>	(69) 2182-3800		
<b>E-mail:</b>	patricia.basso@ifro.edu.br		

#### JUSTIFICATIVA

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, como modelo institucional inovador, assumindo o protagonismo do processo de expansão das políticas educacionais federais, com forte inserção na área da pesquisa aplicada, extensão tecnológica e na formação de professores para as redes públicas de educação básica.

Assumem valor estratégico para o desenvolvimento nacional, com atuação no ensino fundamental e médio, na formação inicial e continuada de trabalhadores, na formação de técnicos, nos cursos superiores de tecnologia, nas licenciaturas e em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, conforme preconiza a Resolução nº 08/CONSUP/IFRO, de 08 de maio de 2015.

Como o *Campus* Porto Velho Zona Norte já oferece o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, buscou-se concretizar um processo de verticalização, por meio da consolidação de uma pós-graduação na mesma área, possibilitando a capacitação de servidores públicos do estado e a complementação de formação de seus egressos.

Segundo dados do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2012), existem hoje cerca de 100.459 servidores públicos nas três esferas de poder no Estado de Rondônia. Daquele total, 67.322 atuam no município de Porto Velho. Ainda, segundo o IBGE, somente 20% desses servidores têm graduação e pós-graduação. Demonstrando o público potencial a ser atendido por esse curso.

Neste contexto, o processo de globalização e participação ativa da sociedade na construção de políticas públicas impulsionou o crescimento e o aumento da demanda e procura por formação específica na área de Gestão Pública. O termo “Nova Gestão Pública”, cujo uso é crescente e decorrente na atualidade, surgiu a partir das mudanças socioeconômicas nos anos 70, contrapondo-se ao modelo burocrático da administração pública, sendo naquele momento ineficiente para lidar com as demandas da sociedade contemporânea (JUNQUILHO, 2010).

Dessa forma a gestão pública assumiu a função de maximizar e aperfeiçoar as questões relacionadas à esfera pública, logo o gestor público tem a função de dirigir, governar de forma ética, técnica e transparente a coisa pública, quer sejam órgãos, departamentos ou políticas públicas, buscando sempre o bem comum da comunidade a que se destina, e em consonância com as normas legais e administrativas vigentes. No exercício de tal função, alguns conhecimentos e habilidades são necessários para atuação do gestor público, conforme apontados no Quadro 1.

#### Quadro 1: Competências Essenciais para um gestor público

<b>Habilidades em:</b>
1. Planejamento estratégico
2. Mensuração de desempenho
3. Monitoramento de contratos
4. Utilização de dados sobre desempenho e avaliação para melhorar programas

5. Prestação de contas sobre desempenho e dados
6. Administração financeira, inclusive atividades de cálculo de custos
7. Envolvimento dos cidadãos
8. Solução de conflitos e negociação
9. Criação de consenso
10. Análise de problemas, inclusive técnicas de estatística e de custo-benefício

**Fonte:** Newcomer (1999, p. 12)

Os Institutos trazem inovações nas dimensões política, institucional e pedagógica, que os habilitam a um papel estratégico na formulação das políticas de educação. Os desafios da contemporaneidade exigem dos agentes envolvidos com a educação profissional e tecnológica a capacidade de articular a ação docente com os processos mais amplos da gestão escolar. A partir disso, faz-se necessário refletir acerca das organizações públicas nas dimensões estratégicas, administrativas e de liderança. Neste contexto, é necessário proporcionar a formação profissional para atuar no cotidiano das organizações públicas gerindo de forma estratégica a dinâmica organizacional e sendo o propulsor de projetos que melhorem e transformem a realidade atual.

A formação em cursos de pós-graduação *lato sensu* permite o aperfeiçoamento do profissional, de modo que este atue com domínio sobre uma área específica, possibilitando desenvolver atividade com exímio conhecimento, neste caso concebendo e aplicando as estratégias organizacionais para otimizar a gestão pública.

Assim, ofertar cursos que confirmem competências para o exercício com especialidade em determinada área é um dos objetivos dos Institutos Federais. Deste modo, o IFRO, assumindo seu compromisso social de oferecer ensino, pesquisa e extensão, apresenta uma proposta para suprir lacunas de formação de profissionais na área de serviços públicos, pautada no desenvolvimento de habilidades específicas que o mundo do trabalho requer. Ao mesmo tempo, faculta ao seu público-alvo uma preparação para a continuidade dos estudos, com vistas à formação cultural, humanística e sociológica.

Portanto, para fortalecer e aumentar a qualidade de resposta do setor público às demandas da população, os governos — federal, estaduais e municipais — têm investido fortemente na política de educação profissional, articulando estratégias que envolvem o aumento da escolaridade, a profissionalização e a educação permanente dos trabalhadores do setor.

É para cumprir esta perspectiva que se apresenta a Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público, que buscará ofertar conhecimentos necessários sobre organizações públicas e legislação, gestão financeira em organizações públicas, planejamento, plano diretor, gestão de projetos capazes de habilitar o profissional para atuar de modo a renovar a gestão de órgãos públicos sobre o prisma da excelência e da qualidade em seus serviços, buscando o fim maior constitucionalmente erigido que é o bem comum.

A partir do pressuposto epistemológico de formação e qualificação o IFRO alia-se a finalidade de democratização do ensino buscando um melhor atendimento das condições de tempo-espço dos sujeitos do ato de aprender.

Em consonância com a missão e os objetivos legais definidos para os Institutos Federais, essa formação contribuirá para a atualização e o desenvolvimento de práticas com base em novos conhecimentos, habilidades e competências direcionadas para diferentes experiências no mundo do trabalho das organizações públicas.

## OBJETIVOS

### OBJETIVO GERAL

Habilitar os discentes para atuarem como Gestores do Planejamento Estratégico no Setor Público, buscando desenvolver competências para liderar, articular, gerir e pensar de forma estratégica e inovadora a ação governamental, considerando os desafios e as perspectivas da administração pública federal, estadual e municipal, contribuindo para aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar a estrutura e o funcionamento da Gestão Pública no Brasil;
- Identificar princípios, metodologias e ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de planejamento da gestão pública;
- Discutir estratégias inovadoras para a gestão pública;
- Oportunizar a construção de habilidades e competências pertinentes às atividades do planejamento da gestão pública;
- Empregar instrumentos de planejamento estratégico;
- Promover uma cultura de ensino, pesquisa e extensão voltada à área de gestão e negócios, especialmente gestão pública, buscando integração com a comunidade local e o setor produtivo;
- Utilizar as técnicas de planejamento que viabilizem padrões de qualidade e produtividade na res pública;
- Favorecer a realização de pesquisa sobre gestão com vistas à qualificação dos profissionais e a melhoria do desempenho das instituições públicas;
- Desenvolver competências gerenciais e visão sistêmica e estratégica para identificar e propor soluções nos problemas da gestão pública.

### PÚBLICO-ALVO

O curso é dirigido a servidores públicos, civis e militares, da esfera federal, estadual, ou municipal que atuam ou tenham potencial para atuar como dirigentes na gestão pública, e que possuam graduação em curso de nível superior certificado pelo Ministério da Educação (MEC).

### FORMA DE INGRESSO

As formas de ingresso serão definidas via edital público, onde constarão as especificidades do processo seletivo e requisitos mínimos exigidos para ingresso no curso.

### PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Master Business Administration em Planejamento Estratégico no Setor Público deve, ao final do curso em termos de competências e habilidades, ser capaz de atuar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos, atuando de forma estratégica na gestão das organizações públicas agregando à prática profissional os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

## PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

### CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

O instrumento indelével de um processo educativo é o poder de construção do conhecimento e a utilização da educação como mecanismo de transformação pessoal, profissional e social. É com este propósito que se apresenta a qualificação do profissional que atua no setor público de modo que seja capaz de atuar com propriedade e posse de habilidades e competências necessárias à transformação da prática baseada no planejamento estratégico, resultando em uma gestão pública eficaz.

A educação e a formação profissional aliam-se ao contexto social na composição da tríade educativa. Neste processo, eis que na perspectiva de Lévy (1999), não se pode mais conceber o mundo sem tecnologia. As tecnologias intelectuais amplificam, exteriorizam e modificam várias funções cognitivas humanas como a memória, a imaginação, a percepção e o raciocínio. Além de favorecerem novas formas de acesso à informação e novos estilos de raciocínio e de conhecimento.

É patente que a educação se faz por meio da prática, e esta precisa estar constantemente atualizada e devidamente abalizada na doutrina pedagógica, nas diretrizes curriculares, e nas metodologias didáticas que promovem o processo educativo de construção e desenvolvimento de habilidades e competências humanas, sociais e profissionais (GARDNER, 2012).

É condição da *práxis* educativa conceber, construir, utilizar e gerir as atividades e recursos, seu acompanhamento efetivo e análise de seus resultados, posto que esta é "o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens" (SAVIANI, 1991, p 21).

O ato educativo no Instituto Federal de Rondônia em qualquer de suas modalidades deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos.

Com vistas a atender a evolução tecnológica, ampliar as oportunidades educacionais e oferecer qualificação em caráter de especialização é necessário reconhecer que a proposta metodológica está composta de forma a proporcionar a formação integral do estudante por meio da atualização profissional, buscando contribuir para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, prático, crítico e político, pois na perspectiva de Paulo Freire (2012):

Ensinar exige rigorosidade metódica: o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se "aproximar" dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso "bancário" meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no "tratamento" do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser.

Partindo da ideia de mediação na perspectiva de Vygotsky, compreende-se esta como inerente ao processo educativo e no atual contexto, imprescindível ao uso das TICs, e exatamente por esse grau, apresenta-se a utilização de estratégias que possibilitem a postura crítica, ética, solidária e criativa articulada a implementação de tecnologias, em especial aquelas que permitam ao aluno desenvolver-se de forma autônoma, tornando-o o agente ativo do seu processo educativo.

Para efetivar um processo educativo que atenda estes propósitos, que se estruture em curto prazo, com prevalência da justa qualidade em um currículo articulado com as demandas das tecnologias, e destinado a habilitar profissionais capazes de promover uma gestão pública estratégica e aliada aos princípios da excelência, apresenta-se o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público como conceito e prática de complementação e potencialização educacional e profissional.

### EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O curso contará com o suporte, quando ofertado por meio de parcerias, convênios ou outros financiamentos, de uma equipe multidisciplinar formada por supervisão pedagógica, revisão textual, tutores e outras funções que sejam necessárias para dar suporte ao curso.

### METODOLOGIA

O curso tem duração de 420 (quatrocentas e vinte) horas, nestas estão computadas o tempo de aula, as atividades no ambiente virtual de aprendizagem, como apoio de tutoria, para o estudo individual ou em grupo e a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Os encontros presenciais serão para realização das avaliações.

A proposta baseia-se em uma prática educacional como a ação dialética entre professor e aluno, fazendo uso dos recursos de informação e comunicação para viabilizar e aperfeiçoar a relação Professor-Aluno-Saber, para isso serão utilizadas um conjunto de tecnologias de informação e comunicação nas relações entre docente e aluno, desdobrando-se em novas relações com o conhecimento, que aponta para uma marca da EaD que constitui, por sua vez, uma concepção de Educação a Distância baseada na ideia de autoaprendizagem ou de autonomia, tal concepção está centrada no "sujeito aprendente, considerado como um indivíduo autônomo, capaz de gerir seu próprio processo de aprendizagem"(BELLONI, 1999).

Dessa maneira, há a vantagem de se estudar onde e quando for mais conveniente e adequado, livre da rigidez das rotinas escolares, porém, cabe destacar que isso exigirá em contrapartida a maturidade do aluno no "gerenciamento" de suas práticas de aprendizagem ou estudo, resultando num sujeito ou aprendiz autônomo.

Soma-se a proposta o desenvolvimento de atividades contextualizadas e de experiência prática ao longo do processo de formação, com a utilização de ferramentas disponibilizadas no contexto das novas TIC, tais como: vídeos, fóruns, chats e a utilização da biblioteca (física e virtual), possibilitando aos cursistas o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e, ainda, a facilidade na busca da informação e construção do conhecimento.

O caráter interdisciplinar do curso está respaldado na programação de palestras e debates com gestores convidados, por meio de web conferências e outras ferramentas de transmissão *on line*, fomentando a reflexão sobre assuntos que estão no estado da arte, recebendo atenção especial dos dirigentes públicos.

### ASPECTOS METODOLÓGICOS

O curso será ofertado a distância, composto por onze disciplinas integradas. Os materiais didáticos das aulas serão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde também estarão as atividades a serem desenvolvidas (avaliação de percurso e avaliação de verificação de conhecimento), os materiais, comunicados, notas e acesso para comunicação entre alunos e tutores a distância. Haverá os momentos presenciais de avaliação, sem prejuízo da adoção de outros métodos aptos à produção dos resultados almejados.

Haverá atendimento remoto, com a utilização de ferramentas específicas do AVA, para sanar dúvidas de conteúdo, por parte dos tutores, e dúvidas quanto às questões técnico administrativas, por parte dos tutores administrativos. O acesso regular ao AVA é obrigatório e o aluno deve cumprir os prazos

divulgados em calendário acadêmico e nos recursos do próprio AVA. A falta de acesso ao ambiente configura ausência e não cumprimento das atividades obrigatórias do curso, o que pode acarretar a reprovação do aluno.

Os componentes curriculares serão ofertados de acordo com o calendário acadêmico, bem como as avaliações presenciais e as defesas de TCCs, cada componente será disponibilizado no AVA com a respectiva carga horária de realização das atividades.

Assim, a estrutura é baseada na educação interativa, significativa e flexível, pautada nos princípios de autonomia, cooperação e interação e com o uso de recursos tecnológicos como suporte, composto pelo seguinte itinerário:

Acesso às webaulas;

Estudos a distância: avaliação de percurso e avaliação de verificação de conhecimento;

Realização de avaliações presenciais;

Apresentação do trabalho de conclusão de curso.

- **Webaulas:** aulas gravadas, vídeos, tutorias, com transmissão via internet, às quais o aluno poderá assistir a partir de seu próprio computador. Os recursos serão disponibilizados no AVA, conforme cronograma;
- **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA):** neste espaço, o aluno terá acesso às videoaulas, ao material de leitura, às atividades, assim como poderá interagir com os demais colegas e tutores da disciplina;
- **Estudos a distância:** os estudos a distância estarão apoiados em avaliação de percurso e avaliação de verificação de conhecimento – e no aprofundamento em materiais de apoio, constituindo-se em atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina e realizadas por meio do AVA;
- **Avaliações presenciais:** são obrigatórias para a conclusão das disciplinas e do curso; compreendem avaliação presencial em cada disciplina da grade e a defesa oral do TCC. As avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário;
- **TCC:** compreende a elaboração escrita e a defesa oral de alguma das atividades elencadas na seção 10, sendo apto o aluno que obtiver o cumprimento integral da matriz curricular. O TCC observará a Resolução nº 31/ CONSUP/IFRO, de 06 de agosto 2015, que normatiza os Trabalhos de Conclusão dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Rondônia.
- **Tutores administrativos:** auxilia os alunos quanto às questões acadêmicas e administrativas;
- **Tutores das disciplinas:** compreende o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão realizados no AVA, correspondências virtuais e participação em chats. Tem a responsabilidade de exercer as atividades típicas de tutoria a distância, promovendo espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos, assistir os alunos nas atividades e acompanhar as atividades do AVA.

O aluno deve assistir às aulas e cumprir as atividades – o não cumprimento do calendário programado acarretará reprovação do aluno nas disciplinas. Posteriormente, deve realizar as avaliações presenciais e a defesa de TCC, que são obrigatórias; as avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário acadêmico.

#### ASPECTOS TECNOLÓGICOS

Será disponibilizado um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na Plataforma MOODLE. O AVA é um espaço na internet formado pelos sujeitos e suas interações e formas de comunicação que se estabelecem através de uma plataforma (BEHAR; PASSERINO e BERNADI, 2007, p. 06). O conceito de plataforma é aqui entendido como uma infraestrutura tecnológica que é constituída por funcionalidades e interface gráfica que compõe o AVA. Neste espaço, o aluno terá acesso às videoaulas, ao material de leitura, às atividades, assim como poderá interagir com os demais colegas e tutores da disciplina. Neste sentido, o ambiente virtual onde ocorrerá a interação entre os sujeitos, a disponibilização dos recursos e atividades, os textos e vídeos será a Plataforma MOODLE, configurada conforme as necessidades específicas deste curso. Além dos recursos voltados para a interação e realização de atividades, serão postados os seguintes vídeos/textos no AVA: Vídeo de apresentação da disciplina, vídeo de orientações das atividades, textos em PDF que serão as leituras basilares das disciplinas, vídeos sugeridos pelos professores, postados na Estante de Vídeos, material instrucional elaborada pelo professor da disciplina.

#### AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do acadêmico será realizada como parte integrante do processo educativo, acontecerá ao longo do curso de modo a permitir reflexão-ação-reflexão na perspectiva de regulação da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual e somativa (PERRENOUD, 2010).

A Avaliação, como um processo contínuo e concomitante às atividades do aluno, é um recurso metodológico de reorientação dos processos de ensino e aprendizagem, e encaminha para um processo dialógico, cooperativo, interativo, onde professor e aluno aprendem juntos, o que possibilita a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos.

Neste curso o modelo de avaliação deve considerar seu ritmo e estilo de aprendizagem, de forma a ajudá-lo a desenvolver desempenhos ascendentes de competências, descritas por conhecimentos, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos no curso.

Serão utilizados principalmente métodos e instrumentos como: estudo de caso, avaliações individuais, mapas conceituais, desenvolvimento de projetos, seminários, elaboração de artigos e apresentação do trabalho final.

Os resultados quantitativos serão traduzidos em notas numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), estando aprovado o estudante que obtiver uma média final igual ou superior a 60 (setenta) pontos em cada componente curricular.

A avaliação da aprendizagem deverá priorizar a aplicabilidade do conhecimento, e das habilidades e competências desenvolvidas ao longo das disciplinas. Deve considerar a apropriação dos conteúdos, a apropriação e aplicação de métodos e técnicas participativas e suas variações, e apropriação e aplicação de modelo de participação coletiva.

O percentual da avaliação e atividades deverão seguir o Art. 56 da Resolução Nº 17/REIT - CONSUP/IFRO, DE 26 DE MARÇO DE 2018, que trata da organização acadêmica nos cursos de Pós-Graduação.

Farão jus ao certificado de MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público, apenas os alunos que tiverem obtido aproveitamento igual ou superior a 60 (sessenta) em todas as disciplinas, bem como ter realizado as atividades disponibilizadas no ambiente virtual, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos e assegurados.

#### AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do Curso deverá favorecer ao aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e à consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

As dimensões de avaliação do curso são: avaliação de desempenho dos professores e a avaliação da coordenação. A avaliação de desempenho dos professores será realizada pelos estudantes ao final de cada componente curricular em formulário específico, quando serão avaliados aspectos como vinculação teoria/prática, atividades pedagógicas atuais e exequíveis, capacidade de motivação, dentre outros. A avaliação da coordenação será feita pelos de estudantes e por todos os professores que atuam no curso. Deverá avaliar a capacidade de resolução de problemas, organização e empatia da coordenação.

#### APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO

O aproveitamento de estudos e certificação ocorrerá conforme o que estabelece as normativas do IFRO e legislação em vigor. Nesse sentido, poderá acontecer aproveitamento de disciplinas, de acordo com a oferta do curso, levando-se em conta a realidade da instituição que as ofereceu e análise realizada pela

comissão coordenadora do curso, levando em consideração a matriz curricular, ementa, referências e carga horária do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público do IFRO, conforme as orientações contidas na Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, Regulamento de Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação do IFRO.

O Aproveitamento de estudos é a prática de reconhecimento e aceitação de estudos concluídos em uma ou mais disciplinas, com resultado suficiente para promoção atestada por instituições de ensino reconhecidas legalmente, quando os estudos realizados na instituição de origem contemplarem, no mínimo, 75% dos conteúdos e da carga horária da disciplina no projeto pedagógico do curso de destino.

Ao concluir todas as etapas do curso com aproveitamento e aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno fará jus ao título de especialista em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público.

O aluno que não cumprir integralmente a matriz curricular, segundo definido no projeto pedagógico, e atingir no mínimo 180 horas no curso, fará jus ao certificado de aperfeiçoamento, conforme o art. 92 da Resolução nº 17/CONSUP/IFRO.

O certificado será expedido pelo Instituto Federal de Rondônia, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 01/2018, de 06 de abril de 2018. O controle da documentação escolar deverá obedecer ao disposto nas normas internas relativas ao registro escolar da instituição de ensino ofertante.

As disciplinas de Pós-Graduação cursadas em outras instituições ou no próprio IFRO poderão ser aceitas, mediante aprovação da Coordenação de Curso juntamente com os professores da disciplina, conforme Art. 82 da Resolução nº 17 CONSUP/IFRO.

#### PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público deve, ao final do curso, em termos de competências e habilidades, ser capaz de atuar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos, atuando de forma estratégica na gestão das organizações públicas agregando a prática profissional os conhecimentos teóricos e práticas adquiridos no curso.

#### O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso (TCC) constitui-se como atividade curricular obrigatória e compreende a elaboração e a apresentação, preferencialmente, de um projeto desenvolvido ao longo do curso, cujo foco será um determinado desafio identificado ao longo do curso ou pela própria vivência e experiência profissional do cursista.

O trabalho de conclusão de curso (TCC) oportunizará aos alunos discussões para o desenvolvimento de um estudo a ser apresentado publicamente. O resultado da execução do referido projeto poderá ser, conforme Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 06 de agosto 2015:

Projeto de pesquisa, com a perspectiva de prosseguir os estudos em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*, a ser defendido em arguição;

Projeto de inovação de processo ou produto e artefato ou protótipo, abrangente e estratégico para a sociedade e para a área de conhecimento do curso, neste caso, acompanhado do projeto e do relatório de pesquisa desenvolvida para a confecção do artefato ou protótipo, a serem defendidos em arguição;

Pesquisa científica no formato de artigo;

Projeto de extensão.

Haverá um grupo de professores responsáveis pela orientação dos TCCs e um professor responsável pela disciplina TCC. Assim, o TCC será orientado por um professor que integra o corpo docente do curso e deverá ser apresentado para a integralização do curso, após a conclusão de todas as disciplinas previstas na matriz curricular. Ele expressará os processos de aprendizagem, o comprometimento pessoal e o envolvimento docente no projeto.

O agendamento da apresentação dos TCCs deverá ser feito pelo orientador, após a conclusão do trabalho, dentro do prazo estabelecido para a integralização do curso. O calendário de apresentação dos TCCs será disponibilizado aos orientadores e aos discentes em tempo hábil pela coordenação do curso.

A defesa será feita por banca examinadora composta pelo orientador e dois docentes, podendo ser presencial. A banca examinadora, após a apreciação dos trabalhos, atribuirá o resultado final: Aprovado, Aprovado com ressalvas ou Reprovado, com notas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. No caso da Aprovação com ressalvas será concedido ao aluno o prazo de, no máximo 30 dias corridos a contar da data da apreciação do TCC para o cumprimento das exigências da banca examinadora.

#### MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do curso está estruturada com onze disciplinas, conforme organização a seguir:

##### Quadro 1: Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH
Metodologia da Pesquisa Científica	40
Gestão Estratégica de Pessoas em Organizações Públicas	40
Legislação e Planejamento Estratégico no Setor Público	40
Gestão Estratégica de Marketing e Comunicação com a Sociedade	40
Gestão Estratégica de Organizações Públicas	40
Indicadores e Métricas na Gestão Estratégica	40
Planejamento em Administração Financeira e Orçamentária	40
Sistema de Controle na Administração Pública	40
Planejamento, Plano Diretor e Gestão de Projetos	40
Monitoramento e avaliação de Políticas Públicas	40

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	20
Total	420

#### EQUIPE DE PROFESSORES

De acordo com o Regulamento geral de cursos de pós-graduação do IFRO e com a Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação - CNE de 6 de abril de 2018, o corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente. Sendo constituído, prioritariamente, por docentes do IFRO, mas, profissionais de outras Instituições poderão integrar o projeto, desde que não ultrapassem a 1/3 (um terço) do total de docentes.

#### ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO DE NATUREZA ACADÊMICA, DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

Conforme o art. 9, da Resolução nº 08/2015, a Pós-Graduação no IFRO está organizada em três níveis de gestão:

Coordenação Geral de Pós-Graduação PROPESP/Reitoria: fomentar e acompanhar as atividades e políticas de Pós-Graduação do IFRO;

Coordenação de Pós-Graduação: fomentar e acompanhar as atividades da Pós-Graduação do *Campus*;

Coordenação de Curso: coordena, fomentar, executar e acompanhar ações no âmbito do curso.

#### COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do curso compete:

- Convocar e presidir as reuniões da Comissão Coordenadora, com direito ao voto de qualidade;
- Quando convocado, representar a Comissão em reuniões da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP), do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e Colégio de Dirigentes;
- Executar as deliberações da Comissão e o que estabelecem as normas de funcionamento do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público;
- Indicar, dentre os membros da Comissão Coordenadora de Curso de Pós-Graduação MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público, um Coordenador Adjunto;
- Comunicar à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP), qualquer mudança ou irregularidade no funcionamento do Curso, solicitar e indicar correções necessárias;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria submetida a análise da Comissão;
- Decidir sobre matéria de urgência *ad referendum* da Comissão Coordenadora do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público e encaminhado à Comissão para a aprovação no período regimental do IFRO.

#### COMISSÃO DE COORDENADORA DE CURSO

A comissão coordenadora do curso é constituída por três membros: Aloir Peduzzi Junior; Jonimar da Silva Souza e Patrícia Feitosa Basso Miranda. A esta comissão compete:

- Coordenar, supervisionar e tomar as providências necessárias para o funcionamento do Curso, conforme estabelece as suas normas e este Regulamento;
- Exercer a coordenação interdisciplinar, visando conciliar os interesses de ordem didática no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público;
- Verificar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público;
- Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público;
- Elaborar e apresentar a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação um relatório, destacando os principais pontos positivos e negativos da realização do Curso, inclusive com sugestões, caso haja novo oferecimento do Curso, para discussão e avaliação;
- Designar Orientador para os alunos do Curso.

#### DIRETORIA DE ENSINO

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Biblioteca.

#### COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

#### COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso das obras, impressas ou em outras mídias.

#### DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO *CAMPUS*

Atende às necessidades da Instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa Inovação, trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) Júnior e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo apenas os alunos e professores como também a comunidade externa.

Já a coordenação de Pós-Graduação promove, estrutura e coordena os cursos de pós-graduação a serem implementados no *Campus*.

#### DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO DE EAD

Articula-se com as Diretorias e demais Departamentos, sendo responsável pela operacionalização de ambientes de aprendizagem em EaD, bem como pela gestão da produção das diversas mídias educacionais. Conta com as seguintes seções de apoio:

#### COORDENAÇÃO DE DESIGN VISUAL E AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

Elabora, modela e gerencia ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvendo outras atividades inerentes à coordenação. A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA) é responsável pelo desenvolvimento, inovação e manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.

#### COORDENAÇÃO DE MATERIAL E DESIGN INSTRUCIONAL (CMDI)

Esta coordenação possui por finalidade o planejamento, organização, formatação e desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para Educação à Distância.

#### COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO E GERAÇÃO AUDIOVISUAL (CPGA)

É responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive instalação e renovação de cenários. Além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção.

O Departamento de Produção de EaD tem ainda, como serviços específicos articulado com a Coordenação de Apoio ao Ensino: Revisão de Língua e Linguagem: Analisa, revisa e emite parecer quanto aos conteúdos de áreas específicas, assim como à estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística.

Coordenação de Gestão de Polos: Gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos Campi e coordenadores de polos.

#### COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação, vinculada à Direção-Geral, é o setor com a finalidade de criar e manter condições de funcionamento das atividades ligadas à tecnologia da informação no *Campus*, bem como desenvolver serviços e prover suporte especializado ao ensino, pesquisa, extensão e administração, visando ao desenvolvimento de suas atividades laborais.

#### AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS DE SUPORTE

##### AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é desenvolvido no *Campus* Porto Velho Zona Norte como ferramenta de suporte pedagógico e de complementação de carga horária. Nos cursos de pós-graduação poderão ser utilizados como esta finalidade conforme a disposição no edital de oferta.

Quando da utilização, seu objetivo é propiciar recursos para consulta de material didático, textos complementares, realizar atividades didáticas e outras atividades relacionadas ao curso. É uma ferramenta acessada com senha individual e mediante prévio cadastro do acadêmico.

O ambiente virtual de aprendizagem do *Campus* Porto Velho Zona Norte é planejado para atender às demandas da EaD, e para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve, quanto ao acesso, navegação e visualização. Ainda é disponibilizado o acesso aos serviços de: informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das aulas, materiais complementares, contatos.

#### SISTEMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO

O Sistema Acadêmico-Administrativo é o aplicativo que auxiliará na gestão acadêmica de matrícula, lançamento de notas e vinculação de professores e tutores, norteando os processos acadêmicos e administrativos. Será utilizado para interface entre instituição e polos de ensino, permitindo cadastros auxiliares, criação de estrutura organizacional, gestão de ambiente de aprendizagem e demais ações necessárias e inerentes a este sistema.

#### BIBLIOTECA

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

Na biblioteca é oferecido apoio bibliográfico ao desenvolvimento das atividades estudantis, como empréstimo de livros, manuais e revistas. A biblioteca disponibiliza consulta online ao Gnuteca, acesso a bases de dados, periódicos e portais educacionais.

#### LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O advento da tecnologia trouxe inúmeras ferramentas que possibilitam aos gestores das organizações o planejamento mais detalhado, com o objetivo de minimizar erros. Desta forma, o uso de laboratórios de informática será de fundamental importância para o desenvolvimento de pesquisa e atividades propostas pelas disciplinas constituintes do curso.

O *campus* conta com 3 laboratórios de informática, equipados por 20 computadores cada um. O software instalado é o Microsoft Office® e outros, licenciados, a pedido dos professores.

#### EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

O *campus* onde serão ministradas as aulas possui equipamentos de segurança exigidos para o seu funcionamento, tais como: extintores, hidrantes, lâmpadas de emergência, além de estacionamento fechado, guarita e vigilância.

#### RECURSOS DE HIPERMÍDIA

Há os seguintes recursos de hiperídia nos polos: Televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, estúdio completo de gravação, equipamentos para salas de EaD e de transmissão televisiva via satélite, com canal próprio, além de impressoras, scanners, entre outros.

#### EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem como exemplo para análise e seleção. Mas devem ser considerados ainda todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, sejam determinados e determinantes como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino federal.

Resolução CNE/CES nº 1/2018: Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização; Lei n.9.394/1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Decreto n. 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394/96;

Decreto 9057, de 25/05/2017: regulamenta a oferta de Educação à distância, conforme o artigo 80 da Lei 9.394/1996;

Lei n.11.892/08: cria os Institutos Federais;

Resolução Normativa nº 34/2014: regulamenta a atribuição de direitos sobre criações intelectuais originadas a partir dos instrumentos de fomento - auxílios e bolsas - disponibilizados pelo CNPq e a participação nos ganhos econômicos decorrentes da exploração de patente ou direito de proteção, conferidos a estas criações;

Lei n. 10.973/2004: dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;

Resolução IFRO nº 17/2018: Dispõe sobre o Regulamento de Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

Resolução IFRO nº 08/2015: Dispõe sobre o Regulamento da Política de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

Resolução IFRO nº 14/2015: Dispõe sobre o Regulamento de Mobilidade Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;

Resolução IFRO nº 16/2015: Dispõe sobre o Regulamento dos Grupos de Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO;

Resolução IFRO nº 26/2015: Regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa-PIP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

Resolução IFRO nº 31/2015: Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

Tabela de classificação das áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>);

Portaria MEC nº 328/2005: dispõe sobre o Cadastro de Pós-Graduação *Lato Sensu* e define as disposições para sua operacionalização;

Lei nº 13.005//2014: aprova o Plano Nacional de Educação;

Resolução IFRO nº 29/2018: Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - 2018-2022.

#### PLANOS DE DISCIPLINA

PLANO DE DISCIPLINA	
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público	
<b>Disciplina:</b> Metodologia da Pesquisa Científica	<b>Carga Horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Fornecer instrumental analítico e metodológico que possibilite ao pós-graduando planejar, executar e avaliar projetos e pesquisas em Gestão Pública.	
<b>Objetivos específicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o processo de pesquisa científica em Ciências Sociais Aplicadas;</li> <li>• Analisar os pressupostos do processo da pesquisa científica em Ciências Sociais Aplicadas e, especialmente, em Gestão Pública;</li> <li>• Discutir as alternativas metodológicas mais apropriadas a cada caso investigado;</li> <li>• Compreender as etapas do processo de pesquisa, identificando os diferentes tipos de pesquisa quanto à sua abordagem, sua natureza, seus objetivos e seus procedimentos;</li> <li>• Identificar os benefícios da aplicação desse ferramental no âmbito profissional;</li> <li>• Elaborar um projeto de pesquisa contendo os elementos necessários desse tipo de trabalho científico;</li> <li>• Aplicar as regras da redação científica e normas e padrões de trabalhos de pós-graduação <i>lato sensu</i>, conforme as normas da ABNT aplicáveis.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
Ciência e pesquisa; Planejamento de pesquisa científica; Tipos, métodos e técnicas de pesquisa científica; Coleta e análise dos dados; Projeto de pesquisa.	
<b>Referências básicas</b>	
CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. <b>Metodologia Científica</b> . 6ª Ed. São Paulo, Pearson Prentice Hill, 2007. CRESWELL, John W. <b>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</b> . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <b>Fundamentos de Metodologia Científica: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos</b> . 7ª Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. VERGARA, Sylvia C. <b>Métodos de pesquisa em administração</b> . São Paulo: Atlas, 2005.	
<b>Referências complementares</b>	
BABBIE, Earl. <b>Métodos de pesquisa de Survey</b> . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. <b>O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens</b> . Porto Alegre: Artmed, 2006. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. <b>Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos</b> . 5 ed. Curitiba: Juruá, 2012. SIENA, Osmar. <b>Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos</b> . Porto Velho: [s.n.], 2007. Disponível em: <a href="http://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalhoacademicoatual.pdf">http://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalhoacademicoatual.pdf</a> .	

Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público	
<b>Disciplina:</b> Gestão Estratégica de Pessoas em Organizações Públicas	<b>Carga Horária:</b> 40
<b>Objetivo geral:</b>	
Analisar os instrumentos relativos ao alinhamento da gestão estratégica de pessoas nas organizações públicas, de modo a contribuir para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.	
<b>Objetivos específicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer os conceitos e técnicas mais importantes da gestão de pessoas aplicadas ao setor público;</li> <li>• Dominar as técnicas utilizadas na gestão de pessoas voltadas para o setor público;</li> <li>• Compreender conceitos e problemas da gestão estratégica de pessoas referentes ao serviço público.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
Evolução da gestão de pessoas; O servidor público e suas particularidades; Recrutamento seleção em organizações públicas; Regime estatutário e regime contratual; Plano de cargos, carreira e remuneração por competências; Sistema de informação na gestão de pessoas; Gestão de equipes; Comportamento humano nas organizações; Poder e cultura nas organizações públicas (Aprendizagem organizacional); Gestão de conflitos e negociação; Ética; Liderança e motivação de pessoas.	
<b>Referências básicas</b>	
<p>BERGUE, Sandro Trescastro. <b>Gestão de pessoas em organizações públicas</b>. 3. ed. rev. atual. Caxias do Sul: EducS, 2010.</p> <p>BITENCOURT, Claudia. <b>Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais</b>. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>DUTRA, Joel S.; FLEURY, Maria Teresa L.; RUAS, Roberto. <b>Competências: conceitos, métodos e experiências</b>. São Paulo, Atlas, 2008.</p> <p>ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Brasil). <b>Experiências de avaliação de desempenho na Administração Pública Federal</b>. Brasília: ENAP, 2000. 94 p. (Cadernos ENAP, 19).</p> <p>ROBBINS, Stephen. <b>Comportamento Organizacional</b>. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.</p>	
<b>Referências complementares</b>	
<p>LONGO, Francisco. <b>Mérito e flexibilidade: a gestão das pessoas no setor público</b>. Traduzido do original: Mérito y flexibilidad; la gestión de las personas en las organizaciones del sector público. São Paulo: FUNDAP, 2007. 245 p. ISBN 9788572851022.</p> <p>LONGO, Francisco. <b>Metodologia para avaliação da gestão dos recursos humanos no setor público</b>. [Analytical framework for institutional assessment of civil service systems]. Traduzido por: José Mariano Tavares Júnior. Natal: SEARH/ RN, 2007. 132 p. Originalmente apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - Barcelona - 2002.</p> <p>NOGUEIRA, Maria da Glória Gonçalves; SILVA, Marlene Figueira da. <b>A remuneração do servidor público: elementos para definição da hierarquia e remuneração de cargos e carreira</b>. Campo Grande: UNIDERP, 2007. 116 p. ISBN 9788577041046.</p> <p>OCDE. <b>Desenvolvimento recente na gestão dos recursos humanos nos países-membros da OCDE</b> - Serviço de Gestão Pública/ Comitê de Gestão Pública - PUMA/OCDE. Revista do Serviço Público - RSP, Brasília: ENAP, v. 52, n. 2, p. 49- 68, abr./jun. 2001. Download do arquivo.</p> <p>OCDE. <b>Modernizando o emprego público</b>. Revista do Serviço Público - RSP, Brasília: ENAP, v. 56, n. 4, p. 419-428, out. /dez. 2005.</p> <p>PACHECO, Regina Silvia. <b>Política de recursos humanos para a reforma gerencial: realizações do período 1995-2002</b>. Revista do Serviço Público - RSP, Brasília: ENAP, v. 53, n. 4, p. 79-106, out./dez. 2002.</p> <p>PIRES, Alexandre Kalil et. al. <b>Gestão por Competências em Organizações de Governo: mesa-redonda de pesquisa-ação</b>. Brasília: ENAP, 2005. 99 p. A Mesa-Redonda de Pesquisa-Ação em Gestão por Competências ocorreu no período de 0- 9/11/04 a 28/03/05. ISBN 8525600466.</p>	

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público	
<b>Disciplina:</b> Legislação e Planejamento Estratégico no Setor Público	<b>Carga Horária:</b> 40

<b>Objetivo geral</b>
Conhecer as principais legislações que definem e regulam as ações estratégicas nas organizações públicas.
<b>Objetivos específicos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Entender os conceitos básicos relativos ao planejamento estratégico e as legislações aplicadas;</li> <li>Identificar as leis e suas aplicações no planejamento estratégico do setor público;</li> <li>Analisar a contribuição e efetividade das leis e regulamentos ligados ao planejamento estratégico na gestão pública.</li> </ul>
<b>Ementa</b>
Histórico e Evolução da Legislação sobre Planejamento Estratégico; Regulamentação Legal e Planejamento Estratégico; Planejamento Estratégico na Constituição Federal; Outras Legislações aplicadas ao Planejamento Estratégico; Planejamento Estratégico enquanto Obrigação Legal; Processo Legislativo.
<b>Referências básicas</b>
<p>ANDRADE, Nilton de Moraes. <b>Planejamento governamental para municípios</b>: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>DE ARAÚJO SILVA, Flávia; GONÇALVES, Carlos Alberto. O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público. <b>Revista de Administração da UFSM</b>, v. 4, n. 3, p. 458-476, 2011.</p> <p>MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – Secretaria de Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. <b>Instrumento de avaliação da gestão pública</b> – ciclo 2008-2009.</p> <p>REBOUÇAS, Djalma de Pinho. <b>Planejamento estratégico</b>. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. <b>Guia de referência do sistema de planejamento e gestão</b>, 2008;</p>
<b>Referências complementares</b>
<p>BEPPLER, Mônica Kulkamp; PEREIRA, Maurício Fernandes; COSTA, Alexandre Marino. Discussão conceitual sobre o processo de estratégia nas organizações: formulação e formação estratégica. <b>Revista Ibero-Americana de Estratégia</b>, v. 10, n. 1, p. 128-146, 2011.</p> <p>BRASIL, <b>Constituição Federal 1988</b>;</p> <p>BRASIL. <b>Decreto-lei nº 200</b>, de 25 de Fevereiro de 1967. Dispõe sobre a Organização da Administração Federal, estabelece Diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências..</p> <p>PARSON, Mary Jean. <b>Planejamento: de volta às origens</b>. São Paulo: Best Seller, 1988.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. <b>Planejamento Estratégico Público ou Privado</b>. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>VERGANA, Sylvia Constant, CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida. <b>Propostas para uma gestão pública municipal efetiva</b>. 2.ed. rio de janeiro: editora fgv, 2004.</p>

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b> Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público	
<b>Disciplina:</b> Gestão Estratégica de Marketing e Comunicação com a Sociedade	<b>Carga Horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Dominar os conceitos básicos da Gestão estratégica de Marketing, destacando a importância da ação voltada para o serviço público como elemento essencial da estratégia organizacional.	
<b>Objetivos específicos:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecer os conceitos e técnicas mais importantes de Marketing aplicadas ao setor público;</li> <li>Dominar as técnicas utilizadas na tomada de decisões de marketing, no que tange à administração pública;</li> <li>Compreender conceitos e problemas de marketing referentes ao papel do gestor público.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	

Definição e papel do Marketing; Marketing em organizações públicas; Marketing institucional e social; Marketing de serviços e de relacionamentos em organizações públicas; Ferramentas de comunicação; Estratégias de e-marketing; Planejamento Estratégico e a Gestão de Marketing.
<b>Referências básicas</b>
CHURCHILL JR, Gilbert A. <b>Marketing: criando valor para os clientes</b> . Saraiva, 2000. CZNIKOTA, M.R. <b>Marketing: as melhores práticas</b> . Porto Alegre: Bookman, 2001. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. <b>Marketing de serviços</b> . Editora Atlas SA, 2000. KOTLER, P. & Keller, K.L.. <b>Administração de Marketing</b> . São Paulo: Prentice Hall, 2005. KOTLER, Philip. <b>Marketing no setor público</b> . Porto Alegre: Bookman, 2008.
<b>Referências complementares</b>
COBRA, Marcos. <b>Administração de marketing no Brasil</b> . São Paulo: Cobra, 2003. PENTEADO, José Roberto Whitaker. <b>Marketing no Brasil não é fácil</b> . Rio de Janeiro: LTC, 1990. SHIRAIISHI, Guilherme. <b>Administração de Marketing</b> . 1.ed. São Paulo: Pearson Brasil., 2012. ZENOME, Luiz Cláudio. <b>Marketing social</b> . São Paulo: Thomson Learning, 2006.

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b> Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público	
<b>Disciplina:</b> Gestão Estratégica de Organizações Públicas	<b>Carga Horária:</b> 40
<b>Objetivo geral:</b>	
Conhecer os principais conceitos, métodos e práticas sobre planejamento estratégico, e entender sua aplicabilidade para o alcance de objetivos na gestão pública.	
<b>Objetivos específicos:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender os conceitos básicos relativos ao planejamento estratégico;</li> <li>• Identificar métodos e técnicas de planejamento estratégico, aplicáveis ao setor público;</li> <li>• Analisar a contribuição e efetividade do planejamento estratégico, para a alcance de objetivos na gestão pública.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
Visão histórica de estratégia; Conceitos básicos de estratégia; Principais interpretações da gestão e planejamento estratégicos; Crítica e contradição entre as principais escolas; Estratégias Competitivas; Sustentabilidade de Vantagens Competitivas; Globalização e Vantagens Regionais; Informação, Conhecimento e Estratégia; Planejamento Estratégico versus Administração Estratégica; Estratégia e aprendizagem; A estratégia como processo complexo.	
<b>Referências básicas</b>	
ANSOFF, H. Igor, McDonnell, Edward J. <b>Implantando a administração estratégica</b> . 2. ed. – São Paulo: Atlas, 1993. KAPLAN, Robert S. <b>A estratégia em ação: Balanced Scorecard</b> . Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 1997. KAPLAN, Robert S. <b>Mapas Estratégicos- Balanced Scorecard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis</b> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. SCHWARTZ, Peter. <b>Cenários: as surpresas inevitáveis</b> , tradução Maria Batista. Rio de Janeiro. <i>Campus</i> , 2003.	
<b>Referências complementares</b>	
BOAR, B. <b>Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico</b> . São Paulo: Berkeley, 2002. HUNGER, J. David. <b>Gestão estratégica: princípios e prática</b> . 2.ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002; JUDGE, Timothy A. ROBBINS, Stephen Paul, SOBRAL, Filipe. <b>Comportamento Organizacional</b> . 14.ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011. MINTZBERG, H. <b>Ascensão e queda do planejamento estratégico</b> . Porto Alegre: Bookman, 2004.	

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2001;

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público	
<b>Disciplina:</b> Indicadores e Métricas na Gestão Estratégica	<b>Carga Horária:</b> 40
<b>Objetivo geral:</b>	
Estabelecer uma metodologia para o desenvolvimento de indicadores institucionais.	
<b>Objetivos específicos:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir o que são indicadores, para que servem e suas aplicações;</li> <li>• Discernir os principais atributos de um sistema de medição de desempenho institucional;</li> <li>• Capacitar os alunos a construir sistemas de medição de desempenho institucional, considerando fatores técnicos e não técnicos.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos iniciais de indicadores de desempenho institucional;</li> <li>• Classificação de indicadores de desempenho institucional;</li> <li>• Construção de sistemas de medição de desempenho institucional;</li> <li>• Elementos complementares da construção de indicadores.</li> </ul>	
<b>Referências básicas</b>	
<p>BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos –SPI. <b>Indicadores de Programas: Guia Metodológico</b>. Brasília MP, 2010.</p> <p>ECCLES, Robert. <b>The performance measurement manifesto</b>. Harvard Business Review, v.69, n.1, p. 131-137, jan/feb. 1991.</p> <p>Fundação Nacional da Qualidade. <b>Indicadores de Desempenho – Estruturação do Sistema de Indicadores Institucionais</b>. 3.ed. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2012.</p> <p>GASPARINI, Liz V. L. <b>Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional</b>. Florianópolis: UFSC, 2003.</p> <p>JANNUZZI, Paulo. M. <b>Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações</b>. Campinas: Alínea, 2001.</p> <p>MACHADO, Nelson. <b>Sistema de informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental</b>. Brasília: ENAP, 2005.</p>	
<b>Referências complementares</b>	
<p>BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. <b>Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas a Gestão Pública</b> / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de Documentação e Informação – Brasília: MP, 2012.</p> <p>FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. <b>Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo</b>. texto para discussão1369. Brasília: IPEA, 2009.</p> <p>GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo M. <b>Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas</b>. In: XIV Encontro de Estudos Populacionais. Minas Gerais: ABEP, 2005.</p> <p>KIYAN, Fábio Makita. <b>Proposta de desenvolvimento de indicadores de desempenho como suporte estratégico</b>. Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em engenharia da produção. São Carlos: USP, 2001.</p>	

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público	
<b>Disciplina:</b> Planejamento em Administração Financeira e Orçamentária	<b>Carga Horária:</b> 40
<b>Objetivo geral:</b>	

Analisar o papel do gestor público sob a ótica das demandas da administração financeira e orçamentária.
<b>Objetivos específicos:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer as peças orçamentárias;</li> <li>• Compreender o funcionamento do ciclo orçamentária.</li> </ul>
<b>Ementa</b>
Fundamentos do Estudo dos Orçamentos Públicos: princípios, conceitos fundamentais e planejamento; Leis Orçamentárias: Plano plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; O ciclo de planejamento e orçamento no Brasil; Práticas orçamentárias participativas.
<b>Referências básicas</b>
<p>ALMEIDA Paulo R. <b>A experiência brasileira em planejamento econômico</b>: uma síntese histórica, 2004. (Mimeo).</p> <p>DE ALBUQUERQUE, C. M. <b>Gestão de finanças públicas</b>: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2006.</p> <p>JUND, Sergio. <b>AFO-Administração Financeira e Orçamentária</b>. Elsevier Brasil, 2008.</p> <p>OLIVEIRA, José A. P. <b>Desafios do planejamento em políticas públicas</b>: diferentes visões e práticas.</p> <p>In: RAP, Rio de Janeiro nº 40, v.1, Mar./Abr. 2006, pp.273-88.</p> <p>RIBEIRO, Renato Jorge Brown. <b>Administração financeira e orçamentária</b>. Ed. Vestcon, Brasília, v. 1, 2003.</p>
<b>Referências complementares</b>
<p>Carga Tributária no Brasil 2009 – <b>Receita Fiscal do Brasil</b>, disponível em: <a href="http://www.receita.fazenda.gov/">http://www.receita.fazenda.gov/</a></p> <p>FNAS-Fundo Nacional de Assistência Social. <b>Caderno de Gestão Orçamentária e Financeira</b>.Brasília/2013.</p> <p>GONDIM, FÁBIO. <b>Administração Financeira e Orçamentária</b>. Disponível na URL: <a href="http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CIT/article/viewFile/1420/1246">http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CIT/article/viewFile/1420/1246</a>, 2004.</p> <p>NASCIMENTO, Edson Ronaldo. <b>Lei de Responsabilidade Comentada</b>. 4ª ed. Brasília: Vest-Con, 2007.</p> <p>PALUDO, Augustinho. <b>Orçamento público e administração financeira e orçamentária</b>. <i>Campus</i>, 2009.</p>

<p>PLANO DE DISCIPLINA</p> <p>Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público</p>	
<b>Disciplina:</b> Sistema de Controle na Administração Pública	<b>Carga Horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Conhecer o Sistema de Controle da Administração Pública.	
<b>Objetivos específicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer os mecanismos de transparência e controle;</li> <li>• Identificar os órgãos integrantes do sistema de controle;</li> <li>• Diferenciar o sistema de prestação de contas públicas.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
Transparência e Controle; Prestação de Contas de Governo e Gestão; Prestação de Contas em Contratos e Convênios; Tomada de Contas e Tomada de Contas Especial.	
<b>Referências básicas</b>	
<p>CRUZ, Flávio da. <b>Auditoria Governamental</b>. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. <b>Fundamentos de auditoria governamental e</b></p>	

**empresarial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. GOMES, Ana Paula. **Elementos de Auditoria Governamental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. **Manual de auditoria governamental**. São Paulo: Atlas, 2014.

#### Referências complementares

GUERRA, Evandro Martins. **Os controles externo e interno da Administração Pública**. 2. ed. revisada e ampliado. 2 reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

QUINTANA, Alexandre Costa. MACHADO, Daiane Pias. QUARESMA, Jozi Cristiane da Costa. MENDES, Roselaine da Cruz. **Contabilidade Pública: de Acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011. PINHO, Ruth Carvalho de Santana. **Fundamentos de Auditoria: auditoria contábil outras aplicações de auditoria**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro; ROCHA, Arlindo Carvalho. **Auditoria Governamental**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

PRADO, Sérgio. **Transferências Intergovernamentais na Federação Brasileira: avaliação e alternativas de reforma**. In: Caderno Fórum Fiscal nº 6 – Forum Fiscal dos Estados Brasileiros – pp 11-40, disponível em: [http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos\\_presenciais/Forum\\_Fiscal\\_dos\\_Estados\\_2.htm](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos_presenciais/Forum_Fiscal_dos_Estados_2.htm)

PLANO DE DISCIPLINA	
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público	
<b>Disciplina:</b> Planejamento, Plano Diretor e Gestão de Projetos	<b>Carga Horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Conhecer os principais conceitos e métodos e práticas sobre planejamento, plano diretor e gestão de projetos e entender sua aplicabilidade para melhoria dos resultados da gestão pública.	
<b>Objetivos específicos:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender os conceitos básicos relativos ao planejamento, plano diretor e gestão de projetos;</li> <li>• Identificar métodos e técnicas de planejamento, plano diretor e gestão de projetos aplicáveis ao setor público;</li> <li>• Analisar a contribuição e efetividade do planejamento, plano diretor e gestão de projetos para a melhoria de resultados da gestão pública.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
Planejamento; Planejamento como função administrativa; Níveis de planejamento; Tipos de Planos; Introdução ao planejamento estratégico e seus desdobramentos; O que é o Plano Diretor; O estatuto da cidade; Elaboração e revisão do plano diretor; Conteúdo do plano diretor; Revisão e monitoramento do plano diretor; Definição e ciclo de vida do projeto; Roteiro prático para a administração de projeto; Escopo do projeto; Processos da administração da qualidade do projeto; A equipe e o gerente do projeto; Execução, controle e gerenciamento do projeto; Captação de Recursos e Prestação.	
<b>Referências básicas</b>	
CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, A. <b>Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações</b> . Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2004. Confederação Nacional de Municípios – CNM- <b>O Plano Diretor como instrumento de Desenvolvimento Urbano Municipal</b> : orientações para o processo de elaboração e revisão do Plano Diretor. – Brasília: CNM, 2013. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. <b>Administração de Projetos</b> : como transformar idéias em resultados. São Paulo: Atlas, 2002. OLIVEIRA, D.P.R. <b>Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas</b> . São Paulo: Atlas, 2006. TREFF, Lilian; BATTISTELLA, Linamara Rizzo. <b>Inovação em Gestão de Projetos na Administração Pública</b> . Brasport, Rio de Janeiro, 2013.	
<b>Referências complementares</b>	
CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR. Roque. <b>Fundamentos em Gestão de Projetos</b> : construindo competências para gerenciar projetos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011. Confederação Nacional dos Municípios – CNM - <b>Desenvolvimento Urbano: Gestão</b>	

**Territorial**, Responsável / Confederação Nacional dos Municípios. – Brasília : CNM, 2008.  
 CLEMENTE, Ademir (Organizador). **Projetos empresariais e públicos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
 MOLINARI, Leonardo. **Gestão de Projetos: teorias, técnicas e práticas**. 1.ed. São Paulo: Ed. Erica, 2010.  
 KRAMMES, Alexandre Golin. **Gerenciamento do Escopo em Projetos Originados por Meio de Licitação**. Revista de Gestão e Projetos, v. 4, n. 3, p. 30, 2013.  
 REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento Estratégico Público ou Privado**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA	
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público	
<b>Disciplina:</b> Monitoramento e avaliação de políticas públicas	<b>Carga Horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Refletir sobre a avaliação como uma ferramenta processual permitindo acompanhamento valorativo das políticas públicas durante todo o seu ciclo de existência.	
<b>Objetivos específicos:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar as políticas públicas e seus problemas;</li> <li>• Contextualizar o desenvolvimento histórico e compreender os aspectos teórico-conceituais e os diferentes tipos de avaliação de políticas e programas sociais;</li> <li>• Compreender a especificidade da avaliação de políticas e programas sociais na gestão pública;</li> <li>• Identificar os fundamentos teóricos e as ferramentas práticas referentes às metodologias de monitoramento de programas governamentais;</li> <li>• Capacitar os gestores públicos para elaboração de projeto de avaliação e condução das etapas do processo de avaliação de políticas e programas sociais.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
Políticas públicas entendidas a partir da relação entre a ação governamental e os processos econômicos e políticos; Formulação de políticas públicas: abordagens teóricas; Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos; Gestão de projetos: planejamento do projeto; escopo do projeto; definição de tempo e recursos; gestão da qualidade; gestão da equipe; controle e avaliação; relatório final; Histórico, desenvolvimento, importância e concepções da avaliação de programas sociais; Tipos de avaliação; Métodos e procedimentos utilizados nos diferentes tipos de avaliação; Problemas controversias no campo da avaliação de programas sociais.	
<b>Referências básicas</b>	
AGUILAR, Maria José e & ANDER-EGG, Ezequiel. <b>Avaliação de serviço e programas sociais</b> . 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995 ARCOVERDE, Ana C. B. <b>Avaliação de políticas públicas</b> : elemento estratégico de gestão da coisa pública. In: Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas - Neoliberalismo e Lutas Sociais: Perspectivas para as Políticas Públicas. São Luís - MA, 2009. Disponível em: <a href="http://www.arcus-ufpe.com/files/artcoisapub.pdf">http://www.arcus-ufpe.com/files/artcoisapub.pdf</a> . COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. <b>Avaliação de Projetos Sociais</b> . 10 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. DIAS, Reinaldo. <b>Políticas públicas</b> : princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yonna S. <b>Avaliação de quarta geração</b> . Campinas – SP: Editora Unicamp, 2011. LEJANO, Raul P. <b>Parâmetros para análise de políticas</b> . 1ª ed. São Paulo: Arte Escrita, 2012. WORTHEN, Blaine R; SANDER, James; FITZPATRICK, Jody L. <b>Avaliação de programas</b> : concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.	
<b>Referências complementares</b>	
BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. <b>Avaliação participativa de Programas Sociais</b> . São Paulo, Veras Editora; Lisboa, CPIHTS, 2000. BASTOS, Celso R.. <b>Curso de teoria do Estado e ciência política</b> . 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1995. BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. <b>Estado, aparelho de Estado e sociedade civil</b> . Brasília: ENAP, 1995. DENHARDT, Robert B. <b>Teorias da Administração Pública</b> . 6ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. RICO, Elizabeth Melo (Org.). <b>Avaliação de Políticas Sociais</b> . São Paulo: Cortez, 1999.	

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

PLANO DE DISCIPLINA	
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público	
<b>Disciplina:</b> Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	<b>Carga Horária:</b> 20
<b>Objetivo geral</b>	
Proporcionar orientação teórico-metodológica para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso. Construção de pesquisa e elaboração de artigo/TCC.	
<b>Objetivos específicos:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar o tema investigado como um Trabalho de Conclusão de Curso;</li> <li>• Executar e finalizar o plano de trabalho estabelecido junto com o orientador, para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso;</li> <li>• Executar e finalizar o percurso metodológico frente à questão de pesquisa, sob orientação do docente orientador;</li> <li>• Identificar os tipos de abordagens metodológicas em pesquisas científicas;</li> <li>• Reconhecer cada etapa para o desenvolvimento de um trabalho científico;</li> <li>• Realizar o relatório do Trabalho de Conclusão de Curso.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
Pesquisa em educação: conceitos, métodos e aportes metodológicos; O projeto de pesquisa-intervenção; O relatório da Pesquisa: o artigo científico; As normas da ABNT para a formatação do TCC.	
<b>Referências básicas</b>	
BARBIER, R. <b>A Pesquisa-Ação na Instituição Educativa</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1985. FURASTÉ, Pedro Augusto. <b>Normas Técnicas para o Trabalho Científico</b> : elaboração e formatação. Explicação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2008. THIOLLENT, M. <b>Metodologia da pesquisa-ação</b> . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005. WELLER, Wivian. PFAFF, Nicolle (Org.). <b>Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação</b> : teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.	
<b>Referências complementares</b>	
BRANDÃO, C. R. (org.) <b>Repensando a Pesquisa Participante</b> . 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. COSTA, M. V. (org.) <b>Caminhos investigativos</b> . Novos Olhares na Pesquisa em Educação. Porto Alegre: Mediação, 1996. _____. <b>Caminhos Investigativos II</b> . Outros Modos de Pensar e Fazer Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.	

#### REFERÊNCIAS

- BELLONI, Maria Luíza. **Educação a distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. p. 6
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>.
- \_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>.
- \_\_\_\_\_. **Lei 11.494, de 20 de junho de 2007**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm)>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf)>.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação à distância (Org.). **Integração das Tecnologias na Educação**. Integração das Tecnologias na Educação. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o futuro. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/imagens/livros/integracao-das-tecnologias-na-educacao.zip>>.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 13.005. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília – DF. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>.
- IFRO. Guia de Utilização do AVA para Cursos Presenciais com Aproveitamento de Carga Horária em Ead. Departamento de Produção de Ead. *Campus* Porto Velho Zona Norte: IFRO, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários À Prática Educativa**. 32ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente - A Teoria das Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

JUNQUILHO, Gelson Silva. **Teorias da administração pública**. Florianópolis: Departamento de ciências da administração/UFSC: CAPES: UAB, 2010.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo, Ed. 34, 1999.

MTE/RAIS. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. *Evolução do Emprego Formal*. Disponível em <[http://portal.mte.gov.br/rais\\_anual/rais-2012.htm](http://portal.mte.gov.br/rais_anual/rais-2012.htm)>. Plano

NEWCOMER, Kathryn E. **A preparação dos gerentes públicos para o século XXI**. In: *Revista do serviço público*, Brasília, v. 50, n. 2, p. 5-18, abr./jun. 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos e consultoria de Cristina Dias Alessandrini. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO – **PDI**. Resolução n. 29/CONSUP/IFRO, 2018. Disponível em: <http://pdi.ifro.edu.br/>.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia: Polêmicas do nosso tempo*. 32 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

#### APÊNDICE A - Plano de Ensino

IDENTIFICAÇÃO				
Curso:		Modalidade:		
Disciplina:	Ano/Semestre:	CH:		
Professor:				
OBJETIVOS				
GERAL:				
ESPECÍFICOS:				
EMENTA				
AULA				
Conteúdo	Data	CH		
a)				
b)				
c)				
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO AVA				
Atividade	Data de início	Data de entrega	Orientações/Tema	CH
METODOLOGIA GERAL				
RECURSOS BÁSICOS				

AVALIAÇÃO
Critérios/Instrumentos
REFERÊNCIAS BÁSICAS
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
PARECER DA COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
( ) Deferido ( ) Indeferido.

**APÊNDICE B - Termo de Compromisso com o Curso (de cada docente comprometendo-se a preparar material didático e ministrar disciplina, cumprindo sua respectiva carga horária).**

**Termo de Compromisso (Professor)**

Eu, \_\_\_\_\_, Professor (a) do Curso de \_\_\_\_\_ desta Instituição, declaro para os devidos fins, estar de acordo em preparar material didático e ministrar a disciplina \_\_\_\_\_, cumprindo com sua carga horária de \_\_\_\_\_.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Professor \_\_\_\_\_

Assinatura do Coordenador do Curso \_\_\_\_\_

**APÊNDICE C - Modelo de Termo de Compromisso – TCC (Aluno)**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO (ALUNO)**

Eu, \_\_\_\_\_, aluno (a) do Curso de \_\_\_\_\_ desta Instituição, comprometo-me a cumprir as exigências para a elaboração e apresentação escrita e oral do Trabalho de Conclusão de Curso, respeitando prazos e normas técnicas para a elaboração de trabalhos acadêmicos, reconhecendo a autoria de conceitos, idéias e pesquisas anteriores à que realizarei, zelando pela contribuição técnico-científica e social e pelo padrão de qualidade das pesquisas do IFRO.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 200\_\_.

Assinatura do(a) aluno (a): \_\_\_\_\_

#### APÊNDICE D - Modelo de Termo de Aceite para Orientação TCC (Professor)

##### TERMO DE ACEITE

Eu, \_\_\_\_\_, professor (a) do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em \_\_\_\_\_, declaro que aceito orientar o aluno (a) abaixo relacionado(a).

Aluno	Título do TCC

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do(a) Professor(a) Orientador(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do Coordenador(a) do Curso: \_\_\_\_\_

Assinatura do Professor de TCC \_\_\_\_\_

#### APÊNDICE E: Declaração de desligamento de Orientação

##### DECLARAÇÃO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, professor, declaro desligamento da orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do cursista \_\_\_\_\_, matriculado no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em \_\_\_\_\_, desta  
 Instituição. Os motivos da desistência são os seguintes:

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

#### APÊNDICE F - Ficha de Acompanhamento de Orientação

IDENTIFICAÇÃO				
Orientador				
Cursista				
Título do trabalho				
ATIVIDADES				
Data	Atividade	Horário (início e fim)	Assinatura do aluno	Assinatura do professor

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do(a) Orientador(a)

#### APÊNDICE G - Sugestão de Ficha de Avaliação para TCC

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>			
Acadêmico			
Orientador			
Título do Trabalho			
	<b>ITEM</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	
		<b>PREVISTA</b>	<b>OBTIDA</b>
1	Relevância científica da pesquisa e sua relação com a prática educativa em sala de aula ou ambiente congênere	10	
2	Delimitação do tema, formulação do problema, objetivos e justificativa	10	
3	Fundamentação teórica	10	
4	Metodologia empregada	10	
5	Discussão sobre os resultados da pesquisa	20	
6	Conclusão	10	
7	Originalidade, criatividade e atendimento à norma-padrão da Língua Portuguesa	10	
8	Formatação (estética e atendimento às normas da ABNT)	5	
9	Referenciais	5	
10	Coessão e coerência	10	
<b>TOTAL</b>		<b>100</b>	
Parecer final:			
Observações:			
Assinatura da Comissão Avaliadora			
Avaliador 1		Avaliador 2	Avaliador 3

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Coordenador(a) do Curso

#### APÊNDICE H - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está sendo apresentado em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o (a) Orientador(a) da pesquisa, Prof<sup>o</sup> \_\_\_\_\_ telefone \_\_\_\_\_ e/ou Coordenador do Curso telefone \_\_\_\_\_

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: \_\_\_\_\_

Pesquisador Responsável : \_\_\_\_\_

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): \_\_\_\_\_

Pesquisadores participantes: \_\_\_\_\_

Telefones para contato : \_\_\_\_\_

Descrição da pesquisa, objetivos, detalhamento dos procedimentos, forma de acompanhamento (informar a possibilidade de inclusão em grupo controle se for o caso);

Especificação dos riscos, prejuízos, desconforto, lesões que podem ser provocados pela pesquisa, formas de indenização, ressarcimento de despesas.

Descrever os benefícios decorrentes da participação na pesquisa.

Explicar procedimentos, intervenções, tratamentos, métodos alternativos.

Esclarecimento do período de participação, término, garantia de sigilo, direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. Em caso de pesquisa onde o sujeito está sob qualquer forma de tratamento, assistência, cuidado, ou acompanhamento, apresentar a garantia expressa de liberdade de retirar o consentimento, sem qualquer prejuízo da continuidade do acompanhamento/ tratamento usual

Nome e Assinatura do pesquisador \_\_\_\_\_

#### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, RG/ CPF/ n., abaixo assinado, concordo em participar do estudo \_\_\_\_\_, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador \_\_\_\_\_ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: \_\_\_\_\_

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Observações complementares

#### APÊNDICE I - Modelo de Termo de Cessão de Direitos Autorais (Registrar em cartório)

Pelo presente instrumento particular, de um lado (Nome completo e por extenso do autor), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), CPF n. (...), Cédula de Identidade RG n. (...) residente e domiciliado à Rua (...), na cidade de (...), Estado de (...), denominado CEDENTE, de outro lado o **INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA**, Pessoa Jurídica de direito público, CNPJ nº 10.817.343/0001-05, com sede a Av. Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial - Porto Velho - RO CEP: 76821002, doravante denominada **IFRO**, neste ato Representada por (...), função (...), Portador da Cédula de Identidade n(...), inscrito no CPF sob o n. (...), neste ato legal e estatutariamente representada, denominada CESSIONÁRIA, têm, entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito, o seguinte:

Cláusula 1º - O CEDENTE, titular dos direitos autorais sobre (...), cede, a título gratuito, à CESSIONÁRIA o direito exclusivo de edição, reprodução, impressão, publicação e distribuição, em língua portuguesa, sobre o mesmo, nos termos da Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cláusula 2º - A CESSIONÁRIA fica autorizada pelo CEDENTE a promover quantas edições, totais ou parciais, se fizerem necessárias e em qualquer número de exemplares, bem como, a distribuição da mesma, abdicando de seus direitos e de seus descendentes.

Cláusula 3º - Fica eleito o foro do juízo da Justiça Federal da Seção Judiciária de Porto Velho, RO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo.

E por estarem em pleno acordo com o disposto neste instrumento particular, CEDENTE e CESSIONÁRIA assinam na presença de duas testemunhas abaixo, destinando-se uma via para cada uma das partes contratadas neste instrumento.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

CEDENTE: \_\_\_\_\_

CESSIONÁRIA: \_\_\_\_\_

#### TESTEMUNHAS

1 - \_\_\_\_\_

CPF Nº.

2 - \_\_\_\_\_

CPF Nº.

#### APÊNDICE J - Ata de defesa do TCC

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_, na sala \_\_\_\_\_ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus \_\_\_\_\_, o(a) aluno(a) \_\_\_\_\_ defendeu o Trabalho intitulado "\_\_\_\_\_” na presença da Banca avaliadora formada por \_\_\_\_\_ (presidente/orientador(a)), Prof \_\_\_\_\_ (membro) e Profª \_\_\_\_\_ (membro). O trabalho foi aprovado sob média \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), e deverá ser entregue impresso e em CD com as devidas correções indicadas pela banca (caso necessário), no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da presente data.

BANCA: \_\_\_\_\_

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Instituição

Presidente

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Instituição

Membro

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Instituição

Membro

#### ANEXO K – AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA

Eu, \_\_\_\_\_, orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado \_\_\_\_\_

realizado pelo aluno \_\_\_\_\_,  
matrícula \_\_\_\_\_, autorizo a entrega da versão final, no modelo de:  
( ) Artigo ( ) Outro ( ) \_\_\_\_\_.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Professor Orientador

-----  
(Preenchimento pela Biblioteca)

Eu, \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_, informo que o(a) aluno(a) \_\_\_\_\_ autor do trabalho de conclusão de curso intitulado \_\_\_\_\_ entregou

o TCC nesta biblioteca obedecendo os seguintes critérios:

- TCC em versão digital contendo ficha catalográfica e folha de aprovação assinada;
- Autorização para publicação em meio eletrônico.

Assim, o aluno está com a situação REGULAR, no que se refere ao TCC.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) recebedor(a)

#### ANEXO L - AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia a publicar em ambiente digital institucional, de acesso livre, sem ressarcimento dos direitos autorais previstos na Lei nº 9610/98 e em outras que regulem ou vierem a regular a matéria, o texto integral do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em \_\_\_\_\_, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura e/ou impressão, a título de divulgação da produção científica brasileira.

Tipo de trabalho:
Curso de Pós-graduação:
Campus:
Autor:
CPF:
Telefone:
E-mail:
Nome para citação:
Orientador:

Instituição:	e-mail*
Co-orientador:	
Instituição:	e-mail*:
Membro da banca:	
Instituição:	
Membro da banca:	
Instituição:	
Título Obtido:	
Data da apresentação: / /	
Título do trabalho:	
Palavras-chave:	
Grande área (tabela área de conhecimento CAPES):	
Nome do arquivo em PDF:	
Divulgação do e-mail do autor na página ( ) Sim ( ) Não	

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) autor (a)